



Os parlamentares e convidados acompanharam com atenção o discurso do senador Antonio Carlos Magalhães

ACM recomenda limites para ação do FMI no país

Presidente do Congresso defende soberania nacional ao abrir a primeira sessão da nova legislatura

O Congresso Nacional instalou ontem à tarde, sob a presidência do senador Antonio Carlos Magalhães, a Primeira Sessão Legislativa da 51ª Legislatura. Em pronunciamento feito de improviso, ele afirmou que o Brasil "necessita ir ao Fundo Monetário Internacional, mas nem por isso o FMI pode se intrometer nos problemas nacionais, sobretudo para criar dificuldades às camadas mais pobres".

Segundo Antonio Carlos, fixar limites é importante porque o FMI "teima em intrometer-se na vida das nações, nem sempre para resolver os seus problemas". Defendendo "a

união de todos" para vencer a crise econômica, ACM sugeriu que a União ajude os estados a superar suas dificuldades financeiras.

Num tom conciliatório, a mensagem do presidente Fernando Henrique Cardoso, lida pelo primeiro-secretário do Congresso, deputado Ubiratan Aguiar, admite rediscutir "as bases fiscais do pacto federativo".

Participaram da sessão solene o presidente da Câmara dos Deputados, Michel Temer; o vice-presidente da República, Marco Maciel; e o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Celso de Mello.

PÁGINAS 3 E 4

Armínio Fraga pode ser ouvido nesta semana

PÁGINA 2

51ª LEGISLATURA
Partidos discutem nova composição das comissões

PÁGINA 5



Os presidentes do STF, Celso de Mello, da Câmara, Michel Temer, e do Senado, Antonio Carlos Magalhães, no momento em que, ao lado do vice-presidente Marco Maciel, se dirigiam ao plenário

ACM quer apressar sabatina de Armínio Fraga

Com o objetivo de realizar o quanto antes a reunião, o presidente do Senado pedirá aos líderes partidários prioridade para a indicação dos membros da CAE. Ele também nega que faça restrições ao depoimento de Itamar Franco

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, disse, na manhã de ontem, que pretende fazer gestões junto às lideranças partidárias a fim de realizar o mais cedo possível a reunião da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) destinada a examinar a indicação de Armínio Fraga para a presidência do Banco Central (BC). O senador também negou que haja restrições à vinda do governador de Minas Gerais, Itamar Franco, para falar no Senado.



Cabe à CAE sabatar os nomes indicados para dirigir o Banco Central

A intenção de Antonio Carlos é pedir pressa aos líderes partidários nas indicações dos parlamentares que irão compor as diversas comissões técnicas do Senado. Caso haja possibilidade de demora nos entendimentos para a definição de todo o conjunto de indicações, o presidente quer a antecipação "ao menos dos nomes para a CAE".

Com relação às especulações em torno do relacionamento de Armínio Fraga com o megaespeculador internacional George Soros, o senador Antonio Carlos Magalhães destacou que, até

agora, "acusação alguma ficou sem a devida resposta". Ele considera "natural" que o tema apareça durante a sabatina do futuro presidente do BC pelos senadores. E reiterou seu apoio à proposta de criação de uma "quarentena" a fim de disciplinar a passagem, para o setor privado, de executivos que ocupem cargos de direção no setor financeiro público.

O presidente do Senado enfatizou a inexistência de restrições à vinda do governador de Minas Gerais à Casa, "desde que ele solicite ou seja convocado por

alguma comissão". Depois de manifestar-se favorável à participação de Itamar Franco na reunião do presidente da República com os governadores dos estados, marcada para a próxima sexta-feira, em Brasília, Antonio Carlos rejeitou as críticas que o chefe do governo mineiro vem fazendo ao presidente Fernando Henrique Cardoso.

— Quanto mais se der microfone ao Itamar, mais ele desajuda a causa que defende. Ele não conhecia o quadro de Minas Gerais, quanto mais o do Brasil — afirmou.

Leomar Quintanilha endossa a indicação

Convencido de que a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) se reunirá ainda nesta semana para a sabatina de Armínio Fraga, indicado para o cargo de presidente do Banco Central, por se tratar de "assunto urgente", o senador Leomar Quintanilha (PPB-TO) manifesta-se favorável à sua indicação. A respeito das manifestações de setores da oposição contrários ao nome de Fraga, por sua estreita ligação com o mercado financeiro, Quintanilha afirma:

— Isso não me incomoda. Pelo contrário, o credenciam e o qualifica para enfrentar as dificuldades inerentes ao cargo. Ele tem experiência e poderá auxiliar o país.

Ao comentar temas que merecerão sua atenção nesta legislatura, o senador disse que acompanhará o debate sobre as regras referentes à demissão de servidores públicos.

— É preciso repensar o país e re-



Quintanilha entende que o conhecimento do mercado credencia Fraga a presidir o BC

visar a estrutura administrativa para se conseguir estabilidade econômica e financeira. Será preciso enxugar gastos também na área de recur-

sos humanos, mas é preciso ver a forma como isso será feito — disse, lembrando que as taxas de desemprego já são altas no Brasil.

O senador pretende discutir ainda nesta legislatura a questão da dívida dos estados, e, em relação a esse problema, defende uma discussão mais aprofundada entre o presidente da República e os governadores.

Quintanilha quer debater também os problemas da agricultura e a clonagem de plantas e animais. Ele se preocupa igualmente com o chamado *bug* do milênio, nome dado à inadequação de programas de informática para a mudança de data que acontecerá no início do ano 2000 e que pode afetar qualquer setor informatizado, como bancos, empresas de energia elétrica e sistemas de controle de vôos. Quintanilha acredita que o setor público não está dando a devida atenção ao problema.

Depoimento deve ser na quinta, prevê Napoleão

O senador Hugo Napoleão (PI), líder do PFL no Senado, disse acreditar que será possível realizar já na próxima quinta-feira a sabatina do economista Armínio Fraga, indicado para presidir o Banco Central (BC). Para isso acontecer, explicou ele, basta que cada partido indique seus representantes na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Baseado no Regimento Interno do Senado, Hugo Napoleão explicou que a CAE poderá funcionar mesmo que não haja a eleição do presidente e vice da comissão. Nesse caso, o membro mais idoso ocuparia a presidência dos trabalhos. O senador pelo Piauí adiantou que, na sabatina, o PFL deverá pedir a Armínio que aponte os rumos que ele pretende seguir no Banco Central e comente a atual situação da economia brasileira.

Sobre a nova composição das comissões permanentes do Senado, Hugo Napoleão lembrou que, regimentalmente, o PFL tem direito de presidir duas comissões.

Ele informou que se reunirá hoje com os líderes do PSDB, Sérgio Machado (CE), e PMDB, Jader Barbalho (PA), para tentar chegar a um entendimento sobre a presidência das comissões.

Caso não seja possível um acordo, afirmou, o Regimento será aplicado. Nesse caso, o PMDB tem direito a escolher a presidência da primeira comissão, o PFL indica o segundo presidente, o PSDB o terceiro, e o Bloco Oposição escolhe a quarta comissão para presidir. Essa mesma ordem é repetida até que sejam preenchidas todas as sete comissões permanentes.

Mesmo sem querer antecipar que comissões o PFL espera presidir, Hugo Napoleão lembrou que tradicionalmente as três comissões mais disputadas pelos partidos são as de Assuntos Econômicos (CAE), de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), e de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE).

Hugo Napoleão também defendeu um "desarmamento geral de espíritos" para que o presidente Fernando Henrique Cardoso e os governadores che-



Napoleão espera que Armínio Fraga aponte os rumos que pretende tomar à frente do BC

guem a uma solução para a crise financeira que atinge os estados. Ele disse que considera importante que tanto o presidente quanto os governadores possam acalmar os ânimos e aprofundar o diálogo.

AGENDA

TERÇA-FEIRA, 23 DE FEVEREIRO DE 1999

Antonio Carlos Magalhães
Presidente

► 11h30 - Participa de cerimônia de inauguração da Eclusa e da Usina Hidrelétrica Engenheiro Sérgio Motta
Local: Rosana-SP

► 15h30 - Preside sessão deliberativa ordinária do Senado

PLENÁRIO

► 14h30 - Sessão Deliberativa do Senado
Pauta: Apreciação do PDL nº 16/99, que aprova a programação monetária para o primeiro trimestre de 1999.

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (061) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo
2º Vice-Presidente: Ademir Andrade
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
2º Secretário: Carlos Patrocínio
3º Secretário: Nabor Júnior
4º Secretário: Casildo Maldaner
Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho
Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios
Diretor do Jornal do Senado: Flávio de Mattos
Diretor da Agência Senado: José do Carmo Andrade

Editor-Chefe: Djalba Lima
Editores: Marcos Magalhães, Mariuza Vaz, Sylvio Guedes, João Carlos Ferreira da Silva e Sylvio Costa
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda
Revisão: Lindolfo Amaral, Maria das Graças Aureliano e Miqueas Dantas de Moraes
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Roosevelt Pinheiro, Waldemir Rodrigues, José Cruz e Jane Araújo
Arte: Clóvis Júnior

O noticiário do Jornal do Senado é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
15º e 16º andares
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Congresso inicia nova sessão legislativa

Trabalhos da 51ª Legislatura são abertos em reunião solene realizada no plenário da Câmara dos Deputados. Houve a leitura da mensagem do presidente da República, seguida de discurso de Antonio Carlos

Em sessão solene realizada ontem à tarde, sob a presidência do senador Antonio Carlos Magalhães, o Congresso Nacional instalou os trabalhos da Primeira Sessão Legislativa Ordinária da 51ª Legislatura. Durante a sessão, realizada no plenário da Câmara dos Deputados, com a presença de inúmeras autoridades, houve a leitura da mensagem do presidente da República, seguida de discurso de Antonio Carlos.

Ao lado do presidente do Congresso, compuseram a mesa o vice-presidente da República, Marco Maciel, o presidente do Supremo Tribunal Federal, Celso de Mello, o presidente da Câmara dos Deputados, Michel Temer, além do primeiro-secretário do Congresso, deputado Ubiratan Aguiar (PSDB-CE), e do terceiro-secretário, senador Nabor Júnior (PMDB-AC).

Antes de iniciada a sessão, os par-

lamentares entraram no plenário ladeados pelos Dragões da Independência. Ao abrir os trabalhos, o presidente do Congresso convidou os presentes a ficarem de pé para ouvir o Hino Nacional.

Em seguida, o ministro-chefe da Casa Civil, Clóvis Carvalho, veio até a mesa dos trabalhos, para que fosse feita a entrega da mensagem do presidente Fernando Henrique Cardoso ao Congresso Nacional.

A mensagem presidencial é encaminhada ao Legislativo ao início de cada sessão legislativa e faz uma avaliação da conjuntura nacional e uma previsão dos desafios a serem enfrentados pelo Executivo, Legislativo e Judiciário. A introdução da mensagem foi lida pelo primeiro-secretário do Congresso, deputado Ubiratan Aguiar.

Concluída a leitura, o presidente Antonio Carlos fez um discurso de

improviso em que comentei trechos da mensagem de Fernando Henrique. No momento em que Antonio Carlos defendeu a soberania nacional e a limitação da intervenção do FMI (Fundo Monetário Internacional) nas políticas públicas adotadas pelo país, o plenário interrompeu o discurso com aplausos.

Os ministros da Justiça, Renan Calheiros, do Desenvolvimento, Celso Lafer, do Planejamento e Orçamento, Paulo Paiva, do Meio Ambiente, Sarney Filho, entre outras autoridades civis, militares, diplomáticas, eclesiásticas e forenses, participaram da sessão solene.



Logo no início da sessão solene de ontem, parlamentares e convidados ficaram de pé para ouvir o Hino Nacional

Presidente ressalta necessidade de união entre os poderes

“A adversidade nos uniu, não dispersou. Reforçou a coesão do governo e sua base parlamentar”, destacou o presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, na mensagem lida ontem na abertura da 51ª Legislatura. Mesmo admitindo as dificuldades decorrentes da crise financeira, o presidente demonstrou confiança na contribuição do Congresso Nacional:

– A presente legislatura inicia seus trabalhos sob o signo da apreensão com a conjuntura financeira, mas também da confiança em nossas instituições políticas, que mais uma vez mostraram-se capazes de proporcionar ao Brasil a governabilidade necessária para vencer turbulências passageiras, mesmo que intensas – analisou Fernando Henrique.

No documento lido pelo primeiro-secretário do Congresso, deputado Ubiratan Aguiar, o presidente manifesta a disposição do governo para o diálogo com os governadores como forma de solucionar o impasse da dívida dos estados com a União. “Estarei sempre aberto à discussão de alternativas que viabilizem o melhor desempenho dos estados em benefício do atendimento da população e do desenvolvimento equilibrado do país. Alternativas que

não podem deixar de contemplar a redução dos gastos estaduais com servidores ativos e inativos.”

A rediscussão do pacto federativo, bandeira levantada pelos governadores de oposição, também é encampada por Fernando Henrique:

– É oportuno rediscutir as bases fiscais do pacto federativo, para que se coloquem em perspectiva os avanços e percalços das duas faces do processo de descentralização: a repartição de receitas e a divisão das competências.

Para o presidente, as reformas tributária e política também são assuntos que estarão entre as prioridades da atual legislatura. Fernando Henrique garantiu que o Executivo vai se esforçar para a instituição de uma nova ordem tributária, “que deve garantir a simplificação e a desoneração da atividade produtiva e das exportações”, afirmou.

Com relação às propostas da reforma político-partidária, em tramitação no Congresso, Fernando Henrique disse que “temos uma sociedade crescentemente organizada e participativa e partidos bem estruturados nacionalmente, mas a coesão partidária é frouxa, fragilizando o processo decisório nas casas legislativas”.



Ao lado de Michel Temer e Marco Maciel, Antonio Carlos afirma que o FMI não pode se intrometer nos problemas nacionais, sobretudo para criar dificuldades às camadas mais pobres do Brasil

ACM critica FMI, defende corte de gastos e diz que crise será vencida

No discurso de abertura da nova sessão legislativa (leia a íntegra na página 4), o presidente do Congresso, Antonio Carlos Magalhães, afirmou que os governos estaduais devem cumprir os contratos de renegociação de dívidas feitos com a União, mas sugeriu que o governo federal não deixe de atender os estados em situação mais crítica.

Ele propôs que a União socorra esses estados com financiamentos do BNDES, do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal:

– A utilização de recursos com seleção é uma obrigação do governo e dos estados. E aí daquele que não vir que isso é necessário e queira, por qualquer motivo, por uma intransigência, encobrir uma

incompetência. Temos de ser competentes para resolver todos os problemas do país. O eleitorado sabe distinguir, na hora própria, aqueles que cumpriram ou não com os seus deveres – afirmou.

Antonio Carlos Magalhães disse que o programa de reformas proposto pelo governo deve continuar, inclusive extinguindo “órgãos inúteis, que beneficiam poucos”. Entre esses órgãos, o presidente do Congresso sugeriu até mesmo a “supressão de tribunais civis e militares”, cuja existência “já não tem mais sentido”.

O Fundo Monetário Internacional (FMI) foi criticado por Antonio Carlos. “Entendemos que o governo necessita ir ao FMI, mas nem por isso o FMI pode se intrometer

nos problemas nacionais, sobretudo para criar dificuldades às camadas mais pobres do Brasil”, assinalou. Para ele, o fundo “teima em intrometer-se na vida das nações, nem sempre para resolver os seus problemas”:

– Vamos vencer a crise; depende de nós mais do que dos outros. Tenho certeza de que o Congresso Nacional mais uma vez não faltará à nação. A crise é produto de erros do passado, acumulados ao longo do tempo, mas temos que nos unir na diversidade, em que falou Sua Excelência o senhor presidente, para vencer. E vamos vencer se tivermos uma agenda positiva no Brasil, imediatamente – afirmou o presidente do Congresso.

“Vamos vencer a crise com uma agenda positiva”

Na instalação dos trabalhos legislativos, presidente do Congresso defende uso seletivo dos recursos públicos, extinção de órgãos e superação das divergências entre os estados e a União. Abaixo, o discurso:

“Na fala que acabamos de ouvir, Sua Excelência, o senhor presidente da República, diz que o nosso destino está em nossas mãos. É verdade! Está em nossas mãos, Executivo, Legislativo e Judiciário; daí porque ele pode acreditar, como afirmou também em sua mensagem, que a adversidade nos une.

E no momento difícil que o país atravessa não há dúvida que V. Exas, srs. congressistas, representam o pilar principal para a credibilidade pública. Não existe Congresso forte sem que os parlamentares tenham o respeito da nação. E nós teremos o respeito da nação pelo nosso trabalho, pela nossa eficiência, como foi provada na legislatura passada e como provaremos na presente legislatura.

Nesta Casa, tenho certeza de que vamos discutir, vamos votar, vamos decidir de acordo com os interesses do país.

Não ficaremos inertes diante de uma situação difícil; ao contrário, teremos mais força para realizar o trabalho que o povo brasileiro de nós espera.

Para tanto, temos que mudar a agenda do país. Não é possível que há quase dois meses não se fale em outra coisa no país, senão nas

“Não ficaremos inertes diante da situação difícil. Vamos votar, vamos decidir de acordo com os interesses do país”

divergências da União e dos estados. Para mim, a situação é inteiramente fácil de decisão e já poderia estar plenamente esclarecida. Contratos existentes devem ser e serão cumpridos. Mas, nem por isso, o Executivo poderá deixar de atender aos reclamos dos estados pelas vias competentes dos seus organismos, o BNDES, o Banco do Brasil, a Caixa Econômica e até mesmo muitos ministérios, para socorrer os estados que necessitam desse apoio. Sem que se es-

Antonio Carlos condena intromissão do FMI nos problemas nacionais e propõe a extinção de tribunais cuja existência “não tem mais sentido”



queça também daqueles que foram adimplentes e por isso não podem ser penalizados pelo cumprimento exato dos seus deveres em todo quatriênio passado.

Não, mas se encontra na cabeça dos políticos solução para tudo, e um grande brasileiro já disse e gosto de repetir: “Não há problema insolúvel para a inteligência humana”. Sem dúvida, antes mudar essa gente para que o Brasil possa progredir, para que o Brasil possa ficar mais forte no concerto interno e externo, para que o Brasil possa caminhar na meta da produção e na meta do término gradual do desemprego, a fim de que as populações possam viver com mais justiça social.

Portanto, a utilização de recursos com seleção é uma obrigação do governo e dos estados. E aí daquele que não vir que isto é necessário e queira, por qualquer outro motivo, por uma intransigência, encobrir uma incompetência. Temos de ser competentes para resolver todos os problemas do país. O eleitorado sabe distinguir, na hora própria, aqueles que cumpriram ou não com os seus deveres.

Governar é pactuar, dizia, na sua sabedoria, o Marquês de Olinda.

Pactuar não é ceder. Pelo entendimento, a nação pode ter um pacto, que necessita do que o presidente da República

acaba de falar na sua mensagem, sem que qualquer das partes ceda. Os caminhos são amplos para que se encontre, na democracia, no diálogo, a solução para os diversos problemas nacionais.

Vamos vencer a crise, depende de nós mais do que dos outros. Tenho certeza de que o Congresso Nacional, mais uma vez, não faltará à nação. A crise é produto de erros do passado, acumulados ao longo do tempo, mas temos que nos unir na adversidade, como falou Sua Excelência, o senhor presidente, para vencer. E vamos vencer se tivermos uma agenda positiva no Brasil, imediatamente.

Passa-se por um programa de reformas – continuar esse processo, extinguir órgãos inúteis, que beneficiam poucos e que, quando forem extintos, vão beneficiar muitos com os recursos gerados. E isso, não tenho dúvida em dizer, passa pela supressão de tribunais civis e militares. É importante que se diga isso porque alguns desses tribunais já não justificam sua existência, a não ser para atrapalhar a vida da nação – e não é para man-

“Os caminhos são amplos para que se encontre, na democracia e no diálogo, a solução para os diversos problemas nacionais”

ter privilégios que estamos no Congresso Nacional, é para extingui-los.

Quero dizer a V. Exas. que cabe fortalecer os partidos. Fortalecer os partidos não significa que nem políticos e nem partidos barganhem posições ou queiram tirar vantagens. Existem na quadra partidária e do governo campos naturais para participação de membros dos partidos políticos. Mas a hora que o Brasil vive é muito grave para que disputemos postos em vez de encontrarmos soluções para os problemas brasileiros. Isso é o mais importante e essa, eu sei, é a tendência dos principais, diria de todos, partidos que compõem este Congresso Nacional.

É preciso também dizer que credibilidade e autoridade andam juntas e não se separam. Quem não tiver credibilidade não tem autoridade, quem não tem autoridade não pode comandar. Portanto, urge dar credibilidade a todos os três Poderes da República. Quero homenagear o presidente do Supremo pelo papel desempenhado naquela corte nesta hora difícil do Brasil. Outros órgãos da Justiça, infelizmente, não seguem o exemplo magnífico do Supremo Tribu-

nal Federal.

O presidente Fernando Henrique teve o apoio do povo nas eleições, terá o apoio do povo e do Congresso Nacional à medida que apresente as propostas de que precisamos para que o país encontre o rumo, o caminho certo. E vamos encontrar, se todos pensarmos juntos, independentemente de problemas ideológicos, de problemas partidários. Vamos encontrar sempre um caminho comum para salvar o Brasil, tenho certeza disso.

A soberania nacional é a coisa mais bela do mundo, dizia Machado de Assis, mas completava um grande mestre: é preciso que seja soberania e que seja nacional. Isso cabe agora. Queremos que a palavra soberania nacional exista de verdade, daí por que entendemos que o governo necessita ir ao FMI, mas nem por isso o FMI pode se intrometer nos problemas nacionais, sobretudo para criar dificuldades às camadas mais pobres do Brasil.

O ministro da Fazenda tem defendido uma posição soberana para o país, mas temos que saber que infelizmente o FMI teima em intrometer-se na vida das nações, nem sempre para resolver os seus problemas. Precisamos, sim, nessa fase; mas isso jamais poderá nos tirar a soberania.

O mestre Rui Barbosa dizia que em política ocorre a mesma coisa

que em religião: o essencial não está na profissão do credo, mas na prática das obras. Aqui vamos professar o credo democrático, razão do Parlamento, mas vamos fazer a obra indispensável da reconstrução nacional de que o país precisa. Vamos

fazer e buscar isso. Este Congresso está aí e vai ajudar mais o país do que ajudou até agora. Esse é o nosso dever e acima de tudo é a vontade do povo que nos elegeu. Temos esperança em melhores caminhos para o Brasil.

Um sábio dizia e eu repito agora: a esperança desperta na tempestade. Quero dizer neste instante que, com toda esta tempestade, nós vamos ver uma aurora magnífica neste Brasil se trabalharmos pela sua grandeza.”

“A esperança é a noite que desperta na tempestade. Nós vamos ver uma aurora magnífica neste Brasil se trabalharmos por sua grandeza”

Presidente do STF questiona manutenção da Justiça Militar

Ministro Celso de Mello lembra que reforma do Judiciário não é apenas técnica, mas também política, e sugere debate sobre o tema no Congresso

Logo após a solenidade de início da nova sessão legislativa, o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Celso de Mello, disse em entrevista à imprensa não ter mais sentido, “em tempos de paz, que civis sejam julgados pela Justiça Militar”. Em seu discurso, o presidente do Congresso, Antonio Carlos Magalhães, havia proposto pouco antes o “fim de órgãos inúteis, inclusive tribunais civis e militares”.

O presidente do STF acha que deve ser extinta no país “a Justiça Militar no âmbito dos estados” e questionou se deve ser mantido o Superior Tribunal Militar (STM) como órgão judiciário independente, como prevê a Constituição.

Celso de Mello disse que o Congresso deveria discutir e votar com maior rapidez a reforma do Judiciário e que o assunto não deve con-

tinuar sendo tratado apenas por juristas. “A reforma do Judiciário não é apenas técnica, mas também política”, ponderou.

Ele entende que, além da reforma do Judiciário, os governos federal e dos estados devem viabilizar a implantação de defensorias públicas, como determina a Constituição. Para o ministro Celso de Mello, as defensorias são importantes porque elas dão aos carentes acesso à Justiça, ou seja, demandam na Justiça em nome de pessoas que não têm dinheiro para pagar advogados.

O presidente do STF voltou a defender o fim dos juízes classistas na Justiça do Trabalho, mas não quis comentar a afirmação do senador Antonio Carlos Magalhães de que, além de “tribunais militares”, deveriam também ser extintos “tribunais civis”. “Gostaria pri-



Mello não concorda que, em tempos de paz, civis sejam julgados pela Justiça Militar

meiro de conhecer as idéias do presidente do Congresso sobre Justiça civil antes de me pronunciar”, afirmou Celso de Mello.

Machado prevê para hoje definição das comissões temáticas do Senado

O líder do PSDB no Senado, Sérgio Machado (CE), anunciou para hoje, às 18h, uma reunião das lideranças partidárias a fim de definir as presidências das comissões permanentes da Casa. “Por ter a maior bancada, o PMDB será o primeiro a escolher; em seguida, será a vez do PFL, cabendo ao PSDB a terceira escolha”, disse, preferindo não adiantar se o partido está articulando para se manter à frente da Comissão de Assuntos Econômicos.

Para Machado, a composição das comissões é assunto urgente, porque toda a tramitação legislativa começa numa das sete comissões, dependendo do assunto. “Na CAE, por exemplo, há um tema que não pode esperar mais: a sabatina do presidente indicado para o Banco Central, Armínio Fraga, bem como de seus novos diretores”, enfatizou.

Na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, o primeiro tema a ser examinado será a reforma político-partidária, um assunto prioritário para o ano de



Machado diz que a definição das comissões é assunto urgente, porque toda a tramitação legislativa começa nelas

1999, na opinião da maior parte dos senadores, observou Machado. “Ao todo, são oito emendas constitucionais e três projetos de lei. Minha expectativa é ver o Senado examinar todas essas propostas durante o primeiro semestre, para que a Câmara possa votá-las durante o segundo.”

Sérgio Machado destacou que o

eixo da reforma é o fortalecimento dos partidos. “Está na hora de o congressista parar de pensar em termos individuais. O partido não pode continuar a ser um mero cartório eleitoral. Tenho certeza de que o Congresso está maduro para essas mudanças, em resposta às exigências do país inteiro”, concluiu o líder.

Programação monetária está na pauta do Senado

A programação monetária brasileira para o primeiro trimestre de 1999 está na pauta da sessão deliberativa de hoje do Senado. Na programação, o governo informa a previsão da base monetária na economia do país (quantidade de moeda em circulação), além de indicadores econômicos gerais, como déficit fiscal, taxa de juros e índice de desemprego. O governo prevê que a quantidade de moeda circulando nos meses de janeiro, fevereiro e março será de R\$ 50 bilhões, contra R\$ 38,5 bilhões no mesmo período de 1998.

Na programação monetária, as autoridades financeiras traçam as perspectivas para o desempenho da economia brasileira nos próximos meses, o que, de acordo com o documento, deverá refletir as me-

das adotadas no fim do ano passado para fazer frente à crise financeira internacional. O relator da matéria na Comissão de Assuntos Econômicos, senador Ney Suassuna (PMDB-PB), entende que a evolução da economia nacional depende também da implementação de reformas estruturais.

– A economia dependerá da efetividade das reformas internas em curso, bem como da acomodação dos fluxos internacionais de capitais, sobretudo após a instabilidade provocada pelas crises asiática e russa. E a programação monetária está afinada com esses condicionantes, de modo que a política monetária possa ser usada como instrumento para retomada do crescimento – comentou.



Marina Silva informa que partidos de oposição definem hoje seus representantes nas comissões

Marina defende diálogo entre FHC e governadores

Ao comentar o momento de dificuldades que o Brasil atravessa, a senadora Marina Silva (PT-AC), líder do Bloco Oposição no Senado, disse que os governadores e o presidente Fernando Henrique Cardoso devem encontrar, por meio do diálogo, uma saída para a questão da crise nos estados. Ela acredita que uma solução poderá ser viabilizada mediante negociação.

Marina Silva lembrou que a situação de dificuldade que os estados estão enfrentando não foi criada pelos governadores que acabaram de assumir os seus mandatos. Ela lembrou que estes mesmos problemas vivenciados atualmente já existiam nos governos anteriores, que também contribuíram, com o desequilíbrio das contas públicas, para a crise de hoje.

– O país está atravessando uma crise, que é generalizada, e os governos não podem ser punidos como se fossem os únicos responsáveis pelo problema. Espero que o presidente Fernando Henrique Cardoso, na reunião com os governa-

dores, apresente uma agenda em que as dificuldades de cada estado possam vir a ser resolvidas – defendeu a senadora.

Outro assunto abordado pela senadora foi a nova composição das comissões permanentes do Senado. Baseando-se no Regimento Interno da Casa, Marina Silva disse que a presidência da Comissão de Assuntos Sociais deverá ficar com o Bloco Oposição. A senadora também informou que está marcada uma reunião para hoje, às 9h30, quando serão indicados os representantes dos partidos de oposição para cada comissão.

Marina explicou que o bloco está fazendo a distribuição dos seus integrantes nas comissões de acordo com as aptidões de cada um dos senadores. Ela acrescentou que, apesar de as comissões mais procuradas até agora serem a de Assuntos Sociais (CAS) e a de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), a oposição se fará representar em todas as discussões de questões de interesse da sociedade brasileira.

Juvêncio critica protecionismo de países ricos

Senador afirma que as nações desenvolvidas adotam dois pesos e duas medidas em suas relações comerciais, utilizando subsídios agrícolas e barreiras fiscais e alfandegárias contra os produtos que importam

Os países emergentes estão em situação de desvantagem na competição com os países desenvolvidos, principalmente no setor agrícola. A avaliação, feita ontem pelo senador Juvêncio da Fonseca (PMDB-MS), é baseada no protecionismo econômico adotado por países ricos, que oferecem subsídios à produção nacional, além de taxar produtos similares de origem

estrangeira:

– Se há produção da mesma natureza naquele país, são criadas barreiras fiscais. Ao mesmo tempo, esses países não importam produtos que tenham qualquer tipo de defesa fiscal no país de origem. São dois pesos e duas medidas e não há qualquer solidariedade com relação aos países mais pobres – afirmou Juvêncio.

O entendimento do senador coincide com o manifestado pelo presidente Fernando Henrique Cardoso durante reunião dos chefes de Estado do Mercosul realizada no último domingo.

Juvêncio da Fonseca elogiou as declarações do presidente, que, segundo ele, pode estar sinalizando um novo rumo nas relações de comércio com o resto do mundo.

Para o senador, a mudança re-

quer uma nova atitude do Brasil, que deve usar melhor a força que tem no cenário econômico internacional para fazer valer seus interesses:

– Precisamos sentar às mesas de negociação e saber jogar com os grupos econômicos internacionais. Temos que jogar mais duro. Seguir a cartilha do FMI (Fundo Monetário Internacional), que vem sendo criticada por todos, pode não ser o melhor caminho – ponderou Juvêncio da Fonseca.

MELHOR POSIÇÃO

O senador, que chegou de Mato Grosso do Sul – estado com forte atividade agrícola – para seu primeiro mandato no Senado Federal, acredita que, caso o Brasil consiga usar os mecanismos disponíveis nas negociações, poderá ocupar melhor posição no comércio com os países mais ricos:

– Temos que acreditar na nossa força econômica. Ou não estão acreditando ou estão com medo de jogar – afirmou o senador, referindo-se à situação deficitária da balança comercial do país nos últimos anos.

“Saída para prefeitos é modernizar”, diz senador

Com a experiência de quem já foi prefeito da capital do seu estado, o senador Juvêncio da Fonseca cobrou ontem de governadores e prefeitos a modernização de suas máquinas de arrecadação de impostos. Para o senador, existe, por parte dos estados e municípios, uma postura passiva de esperar pela transferência de recursos da União:

– Em Campo Grande, por exemplo, promovemos o enxugamento da máquina da prefeitura, de modo que o sucessor já teve dinheiro para investir logo no primeiro ano de mandato e agora está com superávit de caixa. Ele não está reclamando nem pedindo recursos para pagar suas dívidas – disse Juvêncio.

Segundo o senador, existem cidades que ainda não cobram IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano) nem ISS (Imposto sobre Serviços), tributos de

competência municipal, de acordo com a Constituição.

Para Juvêncio, a responsabilidade fiscal de estados e municípios deve aumentar, por meio de um planejamento que possa prever a situação futura de suas contas. Segundo ele, na hora de endividar-se, os governos e prefeituras não procuram a União, que só é solicitada quando se veem em dificuldades.

Para que os recursos arrecadados possam gerar desenvolvimento, o senador entende que o poder público deve atuar como agente dos empresários que estão dispostos a investir e enfrentar riscos.

– É a atividade produtiva que faz o aumento da arrecadação. Sem isso não há lucro social, como investimentos em educação e saúde – resumi Juvêncio.



Juvêncio elogiou as declarações do presidente Fernando Henrique, criticando o protecionismo europeu

Jáder prioriza diálogo e condena a “intransigência de Itamar”

O líder do PMDB no Senado, Jáder Barbalho (PA), criticou ontem a postura “intransigente” do governador de Minas Gerais, Itamar Franco, que vem se recusando a comparecer à reunião dos governadores com o presidente Fernando Henrique Cardoso marcada para a próxima sexta-feira:

– Quando se trata da coisa pública, o político tem a obrigação de manter o diálogo – afirmou Jáder, qualificando de “mera questão administrativa” as desavenças entre o governo mineiro e o governo federal sobre a renegociação da dívida do estado.

“Insisto que o caminho certo é o diálogo direto entre FHC e Itamar, superando quaisquer dificuldades de ordem pessoal que são menos importantes do que os interesses da população”, enfatizou o senador.

Segundo Jáder, a questão da dívida não é exclusiva de Minas. “Uma renegociação precisa levar em consideração todos os estados, cada um com suas peculiaridades. Mas não podemos transformar questões

Jáder disse que PMDB avalia a possibilidade de convidar Itamar para um encontro com os senadores do partido



administrativas em temas partidários. É preciso sentar à mesa de negociação e expor os problemas para chegar a soluções. Esse processo não pode incluir bom ou mau humor”, disse o senador.

Jáder Barbalho marcou para hoje pela manhã uma reunião da bancada do PMDB para definir as prioridades do partido em relação à

composição das comissões permanentes, bem como avaliar a oportunidade de convidar Itamar a se reunir com os senadores peemedebistas. “É sempre honroso receber o governador de Minas, mas a solução de seu impasse com o governo federal passa por um encontro direto com Fernando Henrique Cardoso”, concluiu.

Jucá quer rever proibição para desmatar floresta

O senador Romero Jucá (PSDB-RR) protestou ontem contra a determinação do ministro do Meio Ambiente, José Sarney Filho, de suspensão da emissão de autorizações para desmatamento na Amazônia Legal e de revisão de todas as autorizações já concedidas. Jucá anunciou que enviará correspondência ao ministro pedindo a reconsideração da decisão, adotada no último dia 11.

O senador destacou que “o mundo real é diferente do mundo legal”. Jucá considerou a medida genérica e afirmou que ela não analisa a qualidade da atuação na produção agrícola. “Prejudica a todos indiscriminadamente”, disse.

Definindo a determinação do ministro como “simplista”, por acreditar que, com a suspensão de autorizações, se acaba com o desmatamento, o senador previu que o resultado será o contrário:

– Estamos avançando no controle ambiental, educando o produtor. Com a proibição, as pessoas farão o desmatamento com subterfúgios.



Jucá: “Os habitantes da Amazônia precisam produzir para comer e sobreviver”

Essa medida é um retrocesso e uma deseducação – observou.

Jucá defendeu a necessidade de as autorizações serem seletivas e destacou que os habitantes da Amazônia precisam produzir para comer e sobreviver. O senador lembrou que, com a determinação do Ministério do Meio Ambiente, serão atingidos estados do Tocantins a Roraima e do Acre ao Maranhão.

Luzia pretende defender a família

A senadora Luzia Toledo (PSDB-ES) chega ao Senado disposta a defender os idosos e os jovens, além de lutar pela família. Bandeiras que ela já empunhava antes mesmo de entrar para a política.

Em entrevista à TV Senado, que vai ao ar hoje, às 4h30, 9h30, 12h30 e 20h30, ela fala a respeito do convite do governo português para participar de uma conferência sobre a atuação da mulher na política brasileira.

Para a senadora, não basta só

uma lei garantindo um percentual mínimo para a participação da mulher nas eleições. "Nós temos é que discutir mais política e trazer as mulheres e os jovens para essa discussão."

Luzia Toledo foi vereadora e vice-prefeita da cidade de Vitória, no Espírito Santo. Além de lutar pelos idosos e jovens, destacou seu empenho em incrementar o turismo, principalmente no Espírito Santo, "estado abençoado pelo próprio nome".

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

7h - Saúde Todo Dia - Atividade: AeroBahia
7h30 - Especial Unip - Assunto: Cirurgia da obesidade - 2ª parte
7h55 - Senado em Pauta
8h - Saúde Todo Dia - Hidroginástica para gestantes
8h30 - Jornal do Senado
8h55 - Senado em Pauta
9h - Cores do Brasil - Em destaque, Olinda
9h30 - Entrevista - A senadora Luzia Toledo fala sobre as suas propostas políticas
9h55 - Senado em Pauta
10h - Cores do Brasil - Bahia
10h30 - Saúde Todo Dia - AeroBahia
10h55 - Senado em Pauta
11h - Especial Unip - Pressão alta - 2ª parte
11h30 - Espaço Cultural - "Luz das cordas", com Marcos Pereira e Hamilton de Holanda
12h30 - Mulheres em Destaque - A coordenadora de Projetos Especiais do Ipea, Anna Peliano, fala sobre o seu trabalho no Ipea e no Comunidade Solidária
14h30 - Sessão Plenária (ao vivo) - Em destaque: Projeto relativo à programação monetária para o primeiro trimestre de 99
18h30 - Cores do Brasil - Diamantina

19h - Palestra - A arte de viver em paz - 2ª parte
20h - Cores do Brasil - Bahia
20h30 - Entrevista - A senadora Luzia Toledo fala sobre as suas propostas políticas
21h - Jornal do Senado
21h15 - Mulheres em Destaque - A coordenadora de Projetos Especiais do Ipea, Anna Peliano, fala sobre o seu trabalho no Ipea e no Comunidade Solidária
21h55 - Senado em Pauta
22h - Sessão Plenária (reapresentação)

RÁDIO SENADO

HOJE

8h - Agenda Senado
Em seguida - Música e informação
14h30 - Sessão Plenária (ao vivo)
Em seguida - Música e informação
19h - "A Voz do Brasil"
Em seguida - Música e informação
20h30 - "Senado em Linha Direta - Edição Nordeste"
Em seguida - Música e informação
21h - "Senado em Linha Direta - Edição Norte/Centro-Oeste"
Em seguida - Música e informação
21h30 - "Senado em Linha Direta - Edição Sul/Sudeste"
Em seguida - Música e informação
0h - Sessão Plenária (reprise)
Em seguida - Música e informação

Página na Internet informa e aproxima Senado do cidadão

Notícias sobre as atividades parlamentares em *tempo real* e contato com todos os gabinetes de senadores estão entre os serviços oferecidos

Informações importantes para o cidadão, contato com os senadores, textos de leis, notícias ao vivo. Esses são alguns dos serviços oferecidos pela página do Senado Federal na Internet. Com o objetivo de aproveitar a interatividade que a rede oferece, o Senado vem disponibilizando para os internautas grande quantidade de informações, como o resultado das votações e a tramitação de projetos.

A Secretaria de Comunicação Social também tem seu espaço na rede. Estão *on line* a Agência de notícias, a TV e a Rádio e o *Jornal do Senado*. A Agência Senado divulga na rede, diariamente, as matérias jornalísticas que produz. É responsável pela prestação do serviço mais acessado, o *tempo real*, que informa quase simultaneamente as atividades da Casa, como debates e decisões do plenário e das comissões.

A cobertura das atividades do Senado em *tempo real* é feita durante todo o dia por quatro repórteres que, em regime de revezamento, garantem que cada notícia seja posta *on line* à medida que os fatos acontecem.

Para saber as mais recentes informações sobre o Senado, basta utilizar um dos programas de navegação da Web (parte gráfica da Internet), sendo os mais comuns o Internet Explorer e o Netscape Navigator, e digitar o endereço <http://www.senado.gov.br>. Quando a página carregar, é só clicar no ícone *Notícias*, na página principal do *site*.

Pela página, é possível também ter informações sobre a agenda do Senado, ouvir a Rádio e assistir à TV Senado pela Internet (nos dois últi-

PARA VER E OUVIR NA

<http://www.senado.gov.br>

Reportagem em tempo real sobre as atividades do Senado, como a agenda do dia, debates, sessões no plenário e reuniões das comissões.

Ouvir a Rádio Senado e assistir à TV Senado.

Conhecer o Museu Eletrônico do Senado.

Fazer um tour virtual pela Biblioteca Acadêmico Luiz Viana Filho.

Conhecer as biografias dos senadores e seus respectivos e-mails.

Informações legislativas, para acompanhar e pesquisar as decisões do Senado e do Congresso Nacional.

Versões originais e integrais de todos os documentos produzidos na atividade legislativa, como atas, relatórios, pareceres, decisões e pronunciamentos.



mos casos, é preciso ter no micro o programa Real Player, que pode ser copiado de diversos endereços - www.realplayer.com, por exemplo).

No *site* do Senado estão disponíveis informações institucionais e históricas; pode-se também fazer um *tour* virtual, acessar dados da Biblioteca Acadêmico Luiz Viana Filho e acompanhar os trabalhos das comissões e do plenário. Um dos serviços mais interativos é a lista completa dos senadores e seus *e-mails*, faci-

litando o contato dos cidadãos com seus representantes.

Entre os serviços novos já disponíveis, está o de Informações Legislativas, que permite acompanhar e pesquisar as decisões do Senado e do Congresso Nacional. Estão na rede, em versão original e integral, pautas, atas, relatórios, pareceres, decisões e pronunciamentos - segundo a página, "todos os documentos produzidos na atividade legislativa".

Pesquisadora fala à TV sobre projetos sociais

Avaliar o que as empresas privadas vêm fazendo na área social com os funcionários e a comunidade em geral é um dos objetivos da coordenadora de Projetos Especiais do Ipea, Anna Peliano. Ela fala sobre esse e outros assuntos no programa "Mulheres em Destaque", da TV Senado, que vai ao ar hoje, à 1h,

3h, 13h30 e 21h15.

Anna Peliano destacou o trabalho realizado no Ipea com o sociólogo Herbert de Souza, o Betinho, sobre o Mapa da Fome I, II e III, um documento que possibilitou a identificação dos bolsões de pobreza em todo o país, servindo de base à formulação da nova estratégia de combate à fome e à miséria.

Anna Peliano também foi membro do Conselho Nacional de Segurança e Alimentação, mais tarde transformado no programa Comunidade Solidária, no qual atuou como secretária executiva. Saúde e educação foram as prioridades do programa Comunidade Solidária, que ampliou o seu atendimento para mais de 1.300 municípios.



COMO SINTONIZAR

TV SENADO

Informações de recepção de sinal para usuários de antena parabólica

- Satélite - B1
- Transponder - 1 BE (Banda Estendida)
- Polarização: Vertical
- Freqüência RX (Banda - L) - 1505,75 Hz
- Antena - 3,6 m LNB
- Receptor de Vídeo/Audio Digital NTSC MPEG2 DVB
- Symbol 3,2143MS-S
- SEC 3/4
- Fornecedor: COMSAT - Fone: (019) 772 9600

Informações para repetidoras e operadoras de TV a cabo

- NET BsB - canal 7
- SKYNET - canal 30
- DirecTV - canal 163

RÁDIO SENADO FM

Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital

Equipamentos necessários:

- Antena parabólica tipo TVRO (telada) de 2,85 m (mínimo) banda C
- Receptor ABR 200, ComStream
- LBN DRO ComStream
- 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F

Informações técnicas:

- Freqüência de recepção: Banda L 1.465,600 Mhz
- Satélite: Brasilsat B2
- Polarização: Vertical (RX)
- Modo: Joint-Stereo
- Taxa: 128 Kbps-BPSK
- Programação ABR: CC, 1,11465600, 256000,0 FD 1,17,1,7

Heloísa quer limites de gastos nos três poderes

A exemplo do Executivo, submetido ao percentual previsto na Lei Camata para despesas com pessoal, senadora estuda forma de impedir abusos no Legislativo e no Judiciário, em todos os níveis

Assim como o Poder Executivo está obrigado a cumprir a Lei Camata – que limita os gastos com pessoal a 60% da arrecadação –, os poderes Legislativo e Judiciário poderão ter limites em relação a seus gastos. A senadora Heloísa Helena (PT-AL) pretende apresentar proposta criando percentuais máximos, com relação ao orçamento de cada unidade administrativa da Federação – União, estados, municípios e Distrito Federal –, para as despesas totais desses poderes.

Segundo a senadora, hoje há um total descontrole do que é gasto pela Justiça nos estados, assim como pelas assembleias legislativas e câmaras de vereadores. A proposta pretende adequar também os gastos do Congresso Nacional e da Justiça Federal ao Orçamento da União.

A parlamentar já analisa dados

preliminares de um quadro comparativo dos gastos com os poderes Judiciário e Legislativo dos estados, ainda em elaboração por sua assessoria. O estudo é mais complexo com relação à Justiça, que atua em muitos municípios e varia de estado para estado, enquanto as assembleias legislativas funcionam apenas nas capitais.

Heloísa Helena citou o exemplo de seu estado, Alagoas. Segundo ela, as despesas do Poder Executivo com pessoal não passam, hoje, de 32% da arrecadação. Enquanto isso, o percentual gasto pelos poderes Legislativo e Judiciário “estoura para mais de 80%” de seus orçamentos.

– Precisamos de mecanismos concretos, legais, discutidos e definidos pelo Senado, em âmbito federal, para evitar os abusos do Legislativo e do Judiciário de muitos

estados – afirmou a senadora.

Heloísa Helena defendeu o princípio de autonomia entre os poderes, argumento inevitável na elaboração dos orçamentos dos poderes Legislativo e Judiciário. Lembrou, porém, que a autonomia tem limites, e citou o que, para ela, é o principal: o interesse público.

A senadora rechaçou a intenção, manifestada pelo governo federal, de ajudar os estados que estejam dispostos a dar a sua “cota de sacrifício” para o ajuste fiscal.

– Alagoas, por exemplo, não tem cota nenhuma a dar. Já demitiu servidores até demais, pois hoje há carência de pessoal até nas áreas de educação, saúde e segurança pública. O estado já está tão pequeno que não se adequaria nem mesmo ao princípio do estado mínimo, defendido pelos liberais – contestou.



Heloísa Helena defende a autonomia dos poderes na elaboração de seus orçamentos, mas coloca como limite o interesse público

Senadora espera que o Legislativo cumpra sua obrigação constitucional

A maior expectativa da senadora Heloísa Helena para esta legislatura é que o Senado Federal “volte a cumprir suas obrigações constitucionais”. Para ela, o Poder Legislativo federal “abriu mão de sua prerrogativa de legislar”.

A parlamentar acredita que a independência do Congresso Nacional foi posta em dúvida, já que a instituição não mostra mais sua capacidade de agir. Ela afirmou que, hoje, quem legisla é o presidente da República, por meio de um “número inadmissível” de medidas provisórias.

– Esperamos que o Senado cumpra suas obrigações constitucionais e volte a ser não apenas a expressão política da sociedade,

mas a expressão dos grandes debates hoje estabelecidos – afirmou a parlamentar.

Para Heloísa Helena, o Senado deve debater a crise dos estados, assim como as reformas tributária, política e administrativa. Segundo ela, o Congresso tem se omitido em um momento em que “o país está em frangalhos, à beira de um abismo gigantesco, com índices assustadores de desemprego e uma miserabilidade crescente”.

A senadora informou que o Bloco Oposição realiza hoje uma reunião para definir sua posição sobre as propostas que tramitarão já neste início de legislatura. Entre elas, a reforma administrativa e as modificações no Código Penal.

Para a senadora, a reforma administrativa é essencial, mas não pode se resumir a critérios para demissão de servidores. Ela salientou que essas demissões são apresentadas à sociedade “como a panacéia para se resolver todos os problemas”.

Heloísa Helena entende que é necessário acabar com os protegidos do serviço público, “mantidos por uma confraria que se articula para garantir medíocres interesses pessoais e defender seus apaniguados”. Na opinião da senadora, é necessário ampliar o debate, trazendo para a discussão, no Congresso Nacional, entidades legítimas de representação dos interesses dos servidores públicos.



Luiz Estevão defende a rediscussão do modelo econômico, com ênfase na redução dos juros

Congresso deve propor medidas contra a crise, diz Estevão

O Congresso Nacional deve rediscutir o atual modelo econômico brasileiro e propor medidas urgentes para enfrentar a crise, tendo como principal meta a redução da taxa de juros, defendeu o senador Luiz Estevão (PMDB-DF). Para ele, esse é um debate que deve passar pelo Congresso, pois o Executivo sozinho não tem articulação nem respaldo político para fazer mudanças de tal profundidade.

– O Brasil precisa rediscutir sua política econômica, porque essa política tem prejudicado a produção, o nível de emprego e o desenvolvimento. As altas taxas de juros sobrecarregam não só as empresas e os que estão em busca de crédito, mas o próprio governo – afirmou.

A elevada taxa de juros, por volta de 100% ao ano, segundo o senador, compromete a arrecadação do governo e sua capacidade de administrar o volume, cada vez mais crescente, da dívida interna. Além disso, as altas taxas de juros “corroem a capacidade de investimentos nas áreas sociais”, observou.

Por esse motivo, acrescentou, a discussão sobre o atual mo-

delo econômico torna-se o tema mais importante a ser debatido pelo Congresso nesta legislatura, ao lado das propostas de reforma tributária e política e da segunda etapa da reforma da Previdência.

Segundo Luiz Estevão, o governo tem gasto anualmente R\$ 140 bilhões com juros da dívida interna. Para se ter uma idéia da magnitude desses gastos, observou, o total de recursos arrecadados pelo governo com a venda da Companhia Vale do Rio Doce equivale a nove dias dessas despesas.

Caso o governo reduzisse a taxa de juros em apenas 5% ao ano, tendo em vista que haveria repercussões nas contas da União, economizaria o equivalente a toda a folha salarial dos servidores públicos federais da ativa, comparou.

– O governo não enxerga direito esse problema e sempre recorre a novos sacrifícios para os servidores, mas estes comprometem muito pouco do Orçamento da União. É preciso ver que o problema está no atual modelo econômico, que adota altas taxas de juros – concluiu.